



## Contributo da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 no âmbito da Consulta Pública

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (Estratégia 2030) destaca a importância da gestão dos riscos de catástrofe existentes e a prevenção e minimização de novos riscos, perigos e vulnerabilidades. A cultura de prevenção e preparação possibilitará a antecipação de procedimentos, como sendo a articulação interinstitucional, e a minimização do impacto e danos causados, às pessoas, animais, bens e ambiente. Também a resposta a estes eventos se pretende mais planeada, concertada, célere e eficaz. Paralelamente, é objetivo desenvolver a resiliência na população, o que poderá concretizar-se através da informação e capacitação de públicos estratégicos e população em geral, não só na perceção do risco.

Dentro do espectro das catástrofe e que envolvem riscos para as pessoas, animais, bens e ambiente estão os eventos de vitimação em massa, dentro dos quais se encontram os ataques terroristas – uma tipologia de evento intencional, de causa humana. Dada a complexidade do fenómeno, reveste-se de especial importância integrar a lista de potenciais riscos.

De acordo com as informações recolhidas no Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2020, nas reuniões de coordenação com forças e serviços de segurança e na comunicação social, o grau de ameaça terrorista em território nacional é moderado. O facto de Portugal não ser um país de “primeira linha” nos conflitos armados internacionais, é sabido que nos últimos anos tem havido a presença de algumas pessoas em território nacional que de forma direta ou indireta estiveram ligados a atentados ou células terroristas com ação na Europa.

Além disso, Portugal também tem alguns cidadãos nacionais identificados como combatentes do estado islâmico na Síria. Como qualquer capital europeia, a grande afluência de turistas e a realização de diversos eventos de alto perfil, faz com que Portugal possa estar na mira de terroristas para a realização destes ataques a visibilidade e impacto na sociedade que pretendem.



De acordo com os recentes eventos na Europa, prevê-se que um evento, a acontecer em Portugal, seja efetuado em zona turística, com bastante afluência de cidadãos estrangeiros, com utilização de meios comuns para tentar provocar o máximo de dano em vítimas e espetacularidade possível (utilização de facas, viaturas, explosivos improvisados, etc.).

Os serviços de apoio à vítima de países que têm lidado com atentados terroristas são uma peça fundamental na boa resolução, acompanhamento e apoio do impacto do incidente de vitimação de massa nas suas vítimas, seus familiares e amigos/as e comunidades. Apesar de não serem instituições que respondem de imediato no local onde o atentado aconteceu, logo desde os primeiros minutos começam a organizar serviços para apoiar as pessoas afetadas, podendo desenvolver ações em articulação com as entidades que estão no teatro de operações.

Nesse sentido, a integração de organizações não-governamentais e de apoio à vítima, como é o caso da APAV, na concretização dos objetivos estratégicos, parece-nos relevante:

- Por um lado, reforçando a “articulação e cooperação” interinstitucional na concretização dos objetivos estratégicos correspondentes aos procedimentos com vista à melhoria do conhecimento ou redução do risco de catástrofe;
- Por outro lado, atendendo ao propósito da “capacitação para a gestão do risco”, ao nível da intervenção psicossocial, tendo como principal foco as vítimas e as suas necessidades de apoio, nomeadamente a longo prazo.;
- Além disso, considerando a “sensibilização da comunidade” como uma das áreas prioritárias, desenvolver-se ações de sensibilização sobre as necessidades e direitos das vítimas de crime e os mecanismos de acesso aos diferentes tipos de apoio.

© APAV, abril de 2021